



# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

<b>Ano</b>	2023
<b>Tp. Período</b>	Primeiro semestre
<b>Curso</b>	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (050)
<b>Disciplina</b>	4446 - CONTABILIDADE PUBLICA I
<b>Turma</b>	CCN

**Carga Horária:** 51

## PLANO DE ENSINO

### EMENTA

Visão teórica dos fenômenos relacionados com a atividade financeira do Estado. Fundamentos de administração pública. Entidades de administração direta, indireta e serviços sociais autônomos. A contabilidade pública e o campo de sua aplicação. Orçamento público. Receita e Despesa Pública. Exercício financeiro.

### I. Objetivos

Propiciar aos acadêmicos(as) o preparo necessário para atuarem em entidades e/ou órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, no que diz respeito ao desenvolvimento de suas atividades regimentais com desenvoltura, segurança, criatividade e qualidade, fatores que implicam diretamente no resultado da gestão pública. Para isso, é apresentado ao acadêmico a legislação aplicável à Administração, contabilidade e Finanças Públicas e as normas técnicas de contabilização das operações, encerramento do exercício social e as respectivas prestações de contas.

### II. Programa

1. INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE PÚBLICA
  - 1.1 Contextualização e abrangência da Contabilidade Pública
  - 1.2 Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) – considerações iniciais
  - 1.3 Aspectos Orçamentário, Patrimonial e Fiscal da Contabilidade Pública
    - 1.3.1 CASP e MCASP
  - 1.4 Instrumentos de Planejamento Público
    - 1.4.1 Plano Plurianual – PPA
    - 1.4.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO
    - 1.4.3 Lei Orçamentária Anual – LOA
2. LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO
  - 2.1 Lei 4.320/64
  - 2.2 Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)
  - 2.3 O Decreto Lei 200/67 – Organização da Administração Federal
  - 2.4 NBC TSP – Estrutura Conceitual
  - 2.5 Lei 14.133/21 – Nova Lei das Licitações
  - 2.6 Demais Legislações pertinentes ao Setor Público
    - 2.6.1 Leis Orgânicas
    - 2.6.2 Instruções Normativas do Tribunal de Contas e STN
    - 2.6.3 CPCs - Pronunciamentos Contábeis direcionados a área Pública
3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS
  - 3.1 Introdução
  - 3.2 Princípios Orçamentários
  - 3.3 Receitas Orçamentárias
    - 3.3.1 Receitas Correntes
    - 3.3.2 Receitas de Capital
  - 3.4 Etapas da Receita Orçamentária
  - 3.5 Despesa Orçamentária
    - 3.5.1 Despesas Correntes
    - 3.5.2 Despesas de Capital
  - 3.6 Etapas da Despesa Orçamentária
    - 3.6.1 Empenho
    - 3.6.2 Liquidação
    - 3.6.3 Pagamentos
  - 3.7 Restos a Pagar
  - 3.8 Fonte/Destinação de recursos
  - 3.9 Créditos Orçamentários
    - 3.9.1 Suplementares
    - 3.9.2 Especiais
    - 3.9.2 Extraordinários
  - 3.10 Balanço Orçamentário
4. PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO (PCASP)
  - 4.1 Introdução
  - 4.2 Aspectos gerais
  - 4.3 Estrutura do PCASP
  - 4.4 Código da Conta Contábil
  - 4.5 Atributos da Conta Contábil



# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

<b>Ano</b>	2023
<b>Tp. Período</b>	Primeiro semestre
<b>Curso</b>	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (050)
<b>Disciplina</b>	4446 - CONTABILIDADE PUBLICA I
<b>Turma</b>	CCN

**Carga Horária:** 51

## PLANO DE ENSINO

### III. Metodologia de Ensino

- Aulas expositivas com auxílio de material apostilado, projetor multimídia;
- Exercícios de leitura e interpretação da legislação aplicável às Finanças Públicas;
- Seminários de apresentação de trabalhos científicos;
- Incentivo à participação do aluno no processo de ensino, por meio de interpelações, sobre os temas debatidos.
- Exercícios práticos sobre a contabilização dos eventos analíticos e sintéticas da Contabilidade Pública.
- Discussões dos temas de forma individualizada ou em grupos;
- Trabalhos práticos.

### IV. Formas de Avaliação

Visando avaliar os conhecimentos adquiridos pelos acadêmicos e promover a discussão dos temas propostos, o sistema de aprendizagem e avaliação consistirá em provas escritas e trabalhos práticos.

Havendo a necessidade de recuperação de nota no semestre, será solicitado ao acadêmico (a) um trabalho envolvendo um artigo científico, ligado à área da disciplina, consistindo de um exercício ou resenha a ser definido pelo professor e comunicado previamente ao acadêmico. Conforme Instrução Normativa nº 01-DECIC/G/UNICENTRO/2023:

- Atividade de Recuperação de Nota (ARN): será disponibilizado na disciplina, a ARN que será na forma de avaliação objetiva e composta por questões de múltipla escolha, referente todo o conteúdo do semestre da disciplina;
- A Atividade de Recuperação de Nota (ARN) será na forma de uma avaliação final, contemplando o conteúdo do semestre, sendo realizada na última semana do final do semestre de acordo com o Calendário Universitário aprovado pela Unicentro;
- A realização de Atividade de Recuperação de Nota (ARN) são destinados aos discentes que não tenham atingido a média de 7,0 (sete vírgula zero) ao final do semestre.

### V. Bibliografia

#### Básica

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4320compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320compilado.htm). Acesso em 04/07/2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0200.htm#view](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm#view). Acesso em 04/07/2021.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em 04/07/2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TSP – Estrutura conceitual. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>. Acesso em 04/07/2021

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. 8 ed. Ministério da Fazenda, 2019.

KOHAMA, Heilio. Balanços Públicos: teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. Contabilidade pública: uma abordagem da Administração Financeira Pública. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SILVA, Lino Martins. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2018

SLOMSKI, Valmor. Manual de Contabilidade Pública: Um enfoque na Contabilidade Municipal. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013

#### Complementar

BRASIL Lei nº 8666 de 21 de junho de 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm). Acesso em 16/02/2020.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em 04/07/2021.

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm). Acesso em 04/07/2021.

MACHADO JUNIOR, J. Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. A lei 4.320 comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal. 31 ed. Editora: IBAM, 2003.

### APROVAÇÃO

**Inspetoria:** DECIC/G

**Tp. Documento:** Ata Departamental



# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

<b>Ano</b>	2023
<b>Tp. Período</b>	Primeiro semestre
<b>Curso</b>	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (050)
<b>Disciplina</b>	4446 - CONTABILIDADE PUBLICA I
<b>Turma</b>	CCN

**Carga Horária:** 51

## PLANO DE ENSINO

Documento: 005/2023  
Data: 10/05/2023